

Jornal da Tarde

11/9/1986

Procurando (e encontrando) tristeza

A secretária do Trabalho levou repórteres a 100 km de São Paulo. Eis o que ela mostrou.

Às 7 horas da manhã, pontualmente, ela reúne os assessores e a imprensa em sua sala, no 8º andar da Secretaria das Relações do Trabalho, no centro da cidade. Até agora, ninguém sabe que rumo tomará a caravana de veículos que espera lá fora. Só se tem notícia que essa mulher prepara mais uma blitz, em algum ponto a 120 quilômetros de São Paulo. "Vamos para uma fazenda na região de Itu", ela finalmente revela, sem fornecer mais detalhes.

Duas horas depois, no trevo da entrada da cidade, a caravana é engrossada por viaturas da PM e carros do prefeito e do pessoal da Secretaria do Trabalho da regional de Sorocaba. Já são dez carros, e ninguém sabe ainda para onde se vai:

"É o nosso esquema de trabalho", ela explica ao batalhão de seguidores. Segundo ela, se escapasse alguma informação, os implicados poderiam ser alertados e a missão se perderia.

A missão, no caso, é verificar in loco mais uma das 17 denúncias sobre trabalho escravo que chegaram nas últimas semanas. E a mulher que comanda essa operação é a secretária das Relações do Trabalho, Alda Marco Antônio, experimentada em meia dúzia de outras blitz gênero que ela própria inaugurou.

"Nossa preocupação é com a saúde do trabalhador e suas condições de trabalho", diz a secretária, conferindo a comitiva e acenando para seu motorista. O Comodoro oficial, que entrou na Castelo Branco a 150 quilômetros por hora, agora some no meio de uma nuvem de poeira na estrada dos Pinheirinhos, que deve levar à fazenda, dez quilômetros para dentro.

"Já chegamos à uma conclusão", diz a secretária. "Onde tem lenha, onde tem floresta, tem trabalho escravo." Assim foi em Angatuba, em Itapetininga, em Pindamonhangaba, onde as blitzes revelaram condições subumanas de trabalho, exploração de crianças e uma total dependência dos empregados para com os patrões ou "gatos".

O que caracteriza um sistema de escravidão ou semi-escravidão é a impossibilidade de o trabalhador deixar o trabalho, amarrado em "contas" no armazém e endividado pelas ferramentas que compra do próprio patrão. E as condições subumanas que lhe são impostas — ela define.

Irregularidades Trabalhistas

De repente, no meio das pilhas de eucalipto cortado, um menino. A secretária de blusa vermelha de seda sai de caderno em punho, saltando com suas botas os galhos amontoados. "Quanto você ganha?" "Não sei." "Quem é seu patrão?" "Não sei." "Você vai à escola?" "Nunca fui estudado." O menino não parece assustado e sorri com dentes bonitos e os olhos brilhando. Ele tem 12 anos, chama-se Elias José Mota e diz que seu irmão vai pagar-lhe "150 mil" no final de semana. O irmão, Carlos Messias Mota, de 21 anos, está mais adiante, empilhando a madeira. "A gente começa de manhã e não tem horário para sair. Ninguém pára no sábado, e às vezes nem no domingo, quando está apurado." O pequeno Elias, o irmão e o pai trabalham juntos. Ganham Cz\$ 7,50 para desgallar e empilhar um metro cúbico de madeira cortada. Quem trabalha com a moto-serra, como o pai, ganha Cz\$ 10,50 o metro cortado. Juntos tiram entre três e quatro mil cruzados por mês, mas têm de comprar a moto-serra — que custa até Cz\$ 6.000,00 —, machados, foices, botas. Se chove, não trabalham e não ganham. Se ficam doentes, também não. E não têm registro em carteira nem qualquer tipo de garantia.

Agora já se sabe que a fazenda se chama Santa Marta e pertence ao grupo Mofarrej. A paisagem é de eucaliptos empilhados e empoeirados. No meio, pequenos grupos de trabalhadores. A secretária faz um primeiro balanço:

— Por enquanto, não se caracterizou trabalho escravo. Apenas irregularidades trabalhistas.

Quem cuidará dessas autuações é um fiscal da DRT de São Paulo, especialmente convocado para a blitz, o doutor Gastão Coelho. Com uma inseparável pasta preta, ele entrevista cada um dos lenhadores, e vai ficando lá atrás. Gastão tem 64 anos e 30 como fiscal da DRT, e lamenta o fato de não ter sido avisado dos detalhes da blitz. Não que ele quisesse vir sem o paletó e a gravata que lhe fazem suar ainda mais, mas porque queria trazer em sua pasta os acordos coletivos e explicá-los aos trabalhadores.

— O espírito do ministério é dar proteção a quem trabalha, e não tirar o trabalho dele — seu Gastão explica, com paciência.

Casas prateadas

A secretária já está lá embaixo, disparando perguntas a outro grupo de crianças e trabalhadores. Expedito Soares fala dos 11 filhos que tem e que "só recebe o que come; não sobra nada". Ganha Cz\$ 3.000,00 por mês com a ajuda de dois filhos menores, e ainda está pagando a moto-serra: Cz\$ 1.800,00 por mês. Seu "ajudante", o Miguelzinho, está sentado em um tronco, boné na cabeça, calado. A agitação da televisão, dos fotografos e da comitiva não parecem lhe interessar. Miguelzinho tem sete anos. Ele não tem registro de nascimento e não sabe o dia do aniversário. "Não sei quando nasci." "O que você acha que essas pessoas estão fazendo aqui?" "Não sei." "Você está cansado?" "Estou com medo." Miguel ajuda a empilhar os troncos e começa quando está clareado. Seu irmão Milton tem 11 anos e diz com orgulho que já sabe usar a serra. "Não serro muito porque dá medo."

A comitiva defronta-se agora com a empreiteira dona Bárbara, que ao lado do marido Calixto Moreira de Souza, e em botas de passeio de salto alto, comanda e contrata o trabalho de meia dúzia de famílias. "Como é que vou registrar se eles não têm registro de nascimento? Como é que vou registrar gente que não pára no trabalho?". Dona Bárbara está furiosa com a invasão da comitiva: "Vocês vieram em lugar errado. Minha gente tem até fogão a gás; quando ficam doente eu é que cuido".

Do outro lado da fazenda, no meio dos eucaliptos empoeirados, surgem as casas prateadas dos trabalhadores de outra empreiteira, a empresa H.J., de Itu. No sol das onze horas, os barracos, de papelão laminado brilham de doer os olhos. As mulheres grávidas e de crianças no colo recebem a caravana sem nenhuma reação. Dona Liberaci cuida dos dois netos da filha "apartada", cujo marido "sumiu", e que a essa hora está no calípio. Liberaci, 47 anos, teve cinco filhos e há 20 anos vive de fazenda em fazenda, cortando lenha. "Não vai reparar que a casa está desarrumada." A casa é um cômodo único onde se amontoam no escuro três camas e um berço, em meio a velhas malas e roupas esparramadas. O fogão de lenha escureceu o papelão das paredes e as telhas. A mulher observa apoiada na vassoura, sem fazer comentários. Só se ouve um radinho de pilha em algum lugar da peça sem janelas: "Agora eu sei que é tão grande o nosso amor", canta Roberto Carlos.

Tem um bebê de 15 dias no barraco ao lado, embrulhado em cobertas sobre a cama do casal. A luz só entra pelos buracos do papelão e fica difícil ver seu rosto, imóvel. A mãe, Lurdes Macedo, 39 anos, não sabe dizer quantas mamadas costuma dar por dia. Só conta que de dia o bebê Ivã fica assim quieto, mas à noite chora muito. No chão, balançando dentro de uma bacia, está o pequeno Amauri, de um ano. Tudo o que ele mama é uma lata de leite condensado por semana, misturado com água. Dona Lurdes não sabe ler, por isso não sabe que os papelões que sustentam sua casa são embalagens laminadas de grandes pacotes do

leite Parmalat, refugo de fábrica comprado pelos empreiteiros. O bebê de dona Lurdes é seu 11º filho, quase todos com maridos diferentes. "Tinham de amarrar a trompa de todo mundo, proibir nascimentos", desabafa Heloísa Mendes Rodrigues, diretora regional de Sorocaba da Secretaria do Trabalho.

Os barracos ali não têm banheiro, a água vem da mina, as crianças não têm escola, nenhum tipo de assistência médica, e os empregados não são registrados. "Estou indignada de ver isto aqui a pouco mais de 100 quilômetros da capital mais rica da América Latina", diz a secretária. A seu lado, o menino Antônio Martins de Oliveira, 13 anos, mostra um grande corte no joelho: o machado escapou-lhe da mão na semana passada e ele recebeu mercúrio cromo. Não pode mexer a perna.

De repente a secretária percebe que seu Gastão, o fiscal do DRT, desapareceu. Alguém disse que ele tinha ouvido histórias "terríveis" de uma fazenda vizinha e que tinha ido para aquela direção. Meia hora depois ele foi encontrado debruçado nos livros contábeis do escritório da fazenda: já tinha lavrado duas multas, uma pela falta de registro de nove trabalhadores e a outra pela não existência de documentos. Embora os lenhadores sejam contratados por empreiteiras, a responsabilidade diante da lei fica por conta do proprietário das terras, a Companhia Mofarrej de Empreendimentos — Fazenda Santa Clara. "A empresa tem dez dias para se explicar", sentencia seu Gastão.

A Secretaria da Saúde, por sua vez, deverá autuar a empresa pela "existência de habitações em condições de higiene e saúde precárias". E a secretária Alda Marco Antônio vai convidar o presidente do grupo, Nassib Mofarrej, para comparecer em seu gabinete e tentar convencê-lo a assinar o Acordo de Angatuba.

Angatuba

Esse acordo é considerado a primeira vitória importante das blitz encabeçadas pela secretária. No mês de julho, uma comitiva visitou oito fazendas da região de Itapetininga, onde predomina a extração de resina e de madeira para celulose e carvão, e encontrou trabalho escravo e cortadores em regime de semi-escravidão em pelo menos sete delas.

Dos 35 mil cortadores de lenha da região, Alda Marco Antônio calcula que metade seja de mulheres e crianças, muitas abaixo de 12 anos. Os empregados não tinham registro, o empreiteiro pagava apenas um salário ao pai de família que, para atingir a produção exigida, era obrigado a apelar para o trabalho da mulher e dos filhos menores. Isolados em clareiras, algumas a 30 quilômetros da estrada, os lenhadores compravam alimentos dos empreiteiros, gastando sempre mais do que ganhavam.

Viraram escravos. Só podiam sair dali se fugissem — diz a secretária. Na fazenda Mofarrej, por ser próxima da cidade, os lenhadores compram eles próprios seus alimentos, mas sempre ficam devendo a conta de uma quinzena. "Se quiserem ir embora, eles podem", diz a secretária.

A produção de carvão na região de Angatuba deixou Alda Marco Antônio chocada. "Os troncos queimam por cinco dias dentro de fornos construídos nos barrancos e são as crianças e mulheres que depois retiram o carvão", ela diz. "Como não podem perder tempo, entram no forno quente mesmo, queimando os pés. Como lá dentro não tem oxigênio, eles respiram fundo e ficam lá dentro o tempo que agüentarem. Depois saem para respirar."

Breve: acordo coletivo

Esse mergulho pode provocar sérias doenças. Nos dias seguintes, a secretária convocou todas as empresas da região ligadas à extração da madeira, os donos das fazendas, empreiteiros e

empresas que utilizam o carvão ou madeira para celulose. Junto com representantes dos sindicatos rurais, dos empresários e autoridades da região, foi assinado o Acordo de Angatuba no último dia 18. Esse acordo prevê uma série de medidas que as empresas devem tomar, desde escola para as crianças, salário só para o pai de família, proibição de trabalho para os menores de 12 anos, habitações com condições mínimas de conforto etc. Nos próximos dias, o acordo poderá se transformar em acordo coletivo para todo o setor, e válido para todo o Estado.

— Será outra grande conquista — prevê a secretária.

Bem-humorada e com disposição para 18 horas de trabalho diário, Alda diz que se está dedicando integralmente à sua secretaria. "Sempre estive preocupada com as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores", ela diz.

Solteira, 40 anos, formada em engenharia civil e sanitária, ela conheceu profundamente o problema dos bóias-frias quando trabalhou para empresas canavieiras. Foi ela quem idealizou o Projeto Apoiando, uma carreta acoplada aos caminhões de bóias-frias na qual são aquecidas as marmitas e conserva a água potável.

"Sei que estou fazendo muitos inimigos", ela diz, "pois esse trabalho não costuma ficar impune". Mineira de Uberaba, e secretária desde março passado, ela não tem projetos políticos. "Volto para meu escritório", fala.

Foi ela quem acalmou muitos ânimos nas últimas greves. "Quando os vigilantes bancários se deitaram na frente dos carros-fortes, tentando impedir sua passagem, dois meses atrás, eu fiquei já acalmando os grevistas", ela conta. Na greve dos motoristas de ônibus, ela passou a madrugada percorrendo as garagens. Um dos seus assessores definiu assim sua tremenda força de vontade: "Em dez anos de serviço, nunca vi um pé do boi como ela".

Seu outro braço direito é a diretora do Departamento Sindical da secretaria, Célia Pecci. É quem primeiro sai a campo para investigar as denúncias. Na véspera, Célia percorreu a mesma estrada do Pinheirinho, dizendo às famílias que estava perdida e conversando sobre suas condições de trabalho. Ontem, a comitiva da secretaria Alda Marco Antônio estava lá.

Aureliano Blancarelli

Explicando

"Desconheço a situação". Assim o diretor da Companhia Mofarrej de Empreendimentos, Nassif Mofarrej, explicou-se ao ser consultado pelo Jornal da Tarde sobre as acusações feitas à sua empresa pela Secretaria do Trabalho. "Deve ter havido um engano", ele disse. "Os trabalhadores da fazenda moram em casas boas. Quanto aos cortadores de cana, nada temos a ver com eles". Mofarrej alega que a fazenda vende a lenha em pé e que toda a responsabilidade deve recair sobre as empreiteiras. "Não tomamos conhecimento dos cortadores e nem sabemos quem são eles." Disse que sua fazenda tem 600 alqueires e que vai lá muito raramente. "Se há denúncias, as autoridades competentes é que devem fiscalizar." Mofarrej não aceita o princípio da "responsabilidade solidária" previsto em lei, segundo o qual o dono das terras é responsável por qualquer irregularidade ocorrida em seus domínios. "O corte de lenha não é de nossa responsabilidade", afirma.